

ANUÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA – Como o título anuncia trata-se de uma publicação anual que descreve as principais ocorrências da vida da Câmara Municipal de Lisboa (CML) e as actividades que desenvolveu ao longo do ano anterior ao da edição. No fundamental, procura **retratar o funcionamento da estrutura técnico-administrativa** do Município, pelo que a informação é predominantemente de natureza estatística e apresentada sob a forma de quadros, mapas e gráficos. Comporta também algumas fotografias e elementos cartográficos. Cada número totaliza cerca de 400 páginas.

Um dos interesses específicos do *Anuário*, talvez o maior, decorre de a sua publicação (1935-1940) coincidir com um período de charneira na organização administrativa do Estado: o da implantação do **Código Administrativo** do Estado Novo¹. O primeiro número é publicado pela última Comissão Administrativa² que presidiu aos destinos do Município, enquanto o último número sai do prelo já por decisão da CML³, a terceira que tomou posse após o golpe militar de 28 de Maio de 1926.

Através das páginas do *Anuário* é possível acompanhar, em diferido, o processo de reorganização dos serviços e dos quadros de pessoal instituído pelo novo Código, e surpreender a consubstanciação de um conjunto de valores, ideias e modos de operar no espaço da Cidade com a marca inconfundível do auto-proclamado Estado regenerador. É, portanto, uma boa fonte para o que as ciências humanas designam por “case study”.

A **proposta** de publicação do *Anuário* foi presente à sessão de câmara, de **5 de Março de 1936**, por **iniciativa do então Presidente da Comissão Administrativa Municipal**, General Daniel Rodrigues de Sousa, e contemplava também a edição do *Boletim Cultural e Estatístico*⁴.

Após os considerandos justificativos, o Presidente propôs:

¹ O Código Administrativo foi aprovado através do Decreto-lei n.º 27.424, de 31 de Dezembro de 1936, e entrou em pelo vigor a 1 de Janeiro de 1938. Sobre a importância deste Código na estruturação das relações entre o poder central e o poder local ver MATOS, Álvaro Costa de – Estado Novo e Poder Local: uma aproximação ao problema. In FONSECA, Fernando Taveira da, coord. – **O Poder Local em Tempo de Globalização: Uma História e um Futuro – Comunicações**. Viseu : Centro de História da Sociedade e da Cultura/Palimage Editores, 2005. p. 11 – 27.

² Compunha-se a Comissão Administrativa, que cumpria então o seu terceiro ano de mandato, por: um Presidente – General Daniel Rodrigues de Sousa; Vice-Presidente – Álvaro Salvação Barreto; 1.º Secretário – Álvaro Nunes Frade; 2.º Secretário – António Cortez Lobão; Vogais – Dr. António Ribeiro Ferreira, Manuel de Beires, José Maria S. Pereira Coelho; Arq.º Paulino Montez e Dr. José Maria Dias Ferrão.

³ À luz do novo Código Administrativo, a CML era constituída por: Presidente (de nomeação governativa) – Eduardo Rodrigues Carvalho (está também prevista a figura do Vice-Presidente, igualmente nomeado pelo Governo, mas à data inexistente no Município); e doze vereadores (eleitos de quatro em quatro anos pelas Juntas de Freguesia e organismos corporativos) – Alberto Carlos Lima de Sousa, Rego e Boaventura de Almeida Belo, Fernando Frade Viegas da Costa, Francisco Marques; Frederico de Macedo Santos, Ivo Cruz, José Formosinho Sanches, Júlio Martins, Luís Alexandre da Cunha, Luís Costa, Manuel do Espírito Santo Silva e Valentim de Carvalho.

⁴ Coleção já digitalizada, disponível em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>

«1.º — Que seja publicado o *Anuário da Câmara Municipal de Lisboa*, destinado ao conhecimento público e documentado da actuação anual da Vereação — contendo, para o efeito, um justificativo anexo estatístico;

2.º — Que seja também publicado o *Boletim Cultural e Estatístico da Câmara Municipal de Lisboa* — inicialmente trimestral — destinado a divulgação de estudos respeitantes à riqueza artística e monumental existente na área da cidade de Lisboa, à propaganda municipal, à apresentação periódica dos elementos estatísticos referentes às diversas actividades económicas e sociais exercidas na Capital da Nação e que, para o efeito sejam fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística.

3.º — Que, enquanto os serviços de estatística não atinjam o desenvolvimento que é de prever, e se possam tornar em serviço de estatística municipal, se inicie, imediatamente pela Propaganda — 8.ª Repartição (Serviços Culturais), com a possível brevidade, a publicação periódica do *Anuário da Câmara Municipal de Lisboa*, contendo como anexos, um elucidativo complemento estatístico referente, tanto quanto seja possível, ao último decénio.

4.º — Que a Comissão de redacção das publicações criadas por esta proposta seja constituída da seguinte forma:

Presidente — Vereador do Pelouro dos Serviços Culturais; Vogal-Relator — Chefe da 8.ª Repartição (Serviços Culturais); Vogal Administrador — Agente de Propaganda Municipal⁵.

5.º — Que a acta se considere, desde já, aprovada na parte respeitante a esta proposta».

A urgência que parece nortear este projecto editorial é corroborada nas «Palavras Preliminares» que abrem o primeiro volume do *Anuário* para justificar quaisquer deficiências que possa apresentar, pois: «(...) os Serviços Municipais não estavam, naturalmente, preparados para apresentarem em tão curto prazo de tempo, como foram os quatro meses que se estabeleceram para a elaboração desta obra, os elementos necessários para a sua redacção definitiva. Todavia, entendeu-se que não se devia demorar, por esse facto, o início desta publicação.»

Não foi possível determinar as motivações de tão apertada calendarização, mas o objectivo de o integrar no cardápio de uma celebração pública — apresentando-o como produto exemplar de uma harmoniosa e cabal integração dos novos princípios orientadores do Estado — parece bastante plausível. No horizonte temporal mais próximo da deliberação, a comemoração do décimo aniversário da “Revolução Nacional” ou as festas camonianas de 10 de Junho, afiguraram-se como os momentos mais relevantes e motivadores de todos os esforços.

⁵ À data da edição do *Anuário*, 1936, era vereador do Pelouro da Cultura, Cemitérios e Jardins, José Maria S. Pereira Coelho; era chefe da 8.ª Repartição o Dr. Joaquim da Silva Pinto que, mais tarde (Novembro de 1936), foi substituído pelo Dr. Semtob Dreiblatt Sequerra, chefe da Secção de Património e Estatística; o terceiro elemento da Comissão, o «Agente de Propaganda Municipal» foi o técnico-estatístico, Dr. Ribeiro Salgado, «especialmente incumbido da compilação dos elementos fornecidos pelos diversos Pelouros, da elaboração da maioria dos dados estatísticos e dos respectivos estudos comparativos.»

Na sequência desta deliberação, foram publicados *Anuários da Câmara Municipal de Lisboa* de 1935 (dois volumes), 1936 e 1937 (um volume, respectivamente). Mas a publicação deste último concretizou-se apenas em 1940 e, na origem de tão prolongado compasso de espera, está a mudança de mandato resultante da plena vigência do Código Administrativo.

A 31 de Dezembro de 1937 termina o mandato da Câmara Administrativa e a Câmara Municipal que então toma posse «entendeu que a sua gerência ou actuação no ano de 1938 e seguintes devia passar a ser perpetuada pelos *Anais*.»⁶ Mera mudança de título, de pouca monta, portanto, e que aparentemente apenas encontra justificação na necessidade de afirmação identitária dos novos protagonistas do poder. Possibilidade que é, aliás, corroborada pela opção de nada editar em 1938, isto é, não dar ao público qualquer testemunho da actuação da Comissão Administrativa cessante.

Em 1939, a CML opta por valorizar a sua gerência e lança o primeiro número dos *Anais do Município de Lisboa*. E só no ano seguinte, reconhecendo a utilidade e necessidade de estabelecer a ligação entre as duas publicações, decide publicar o *Anuário* de 1937. Explicações que são adiantadas no texto de abertura do primeiro número.

Quanto à **organização dos conteúdos**, a estrutura-base do *Anuário* contempla quatro partes: «Actuação Burocrática», «Actuação Administrativa», «Actuação Técnico-administrativa» e «Trabalhos em curso e aspirações». Cada uma delas apresenta a informação organizada em função dos pelouros existentes, que são: Presidência; Finanças; Engenharia; Urbanização; Serviços Culturais, Cemitérios e Jardins; Limpeza Urbana; Matadouro e Abastecimento de Carnes; Serviços Sanitários e Mercados; Ouvidoria. À margem desta estrutura-base, cada número debruça-se sobre um tema específico: «Organização e Quadros» (1935); «A evolução populacional da Cidade de Lisboa nas últimas décadas» (1936); e «Como decorreu o estudo do projecto da proposta da reorganização dos serviços da C.M.L. e dos Quadros e vencimentos de todo o funcionalismo camarário» (1937).

Sublinha-se ainda que, em regra, a informação estatística que consta do *Anuário* de 1937 se reportar ao triénio 1935-1937, ou seja, apresenta o balanço da gerência da última Comissão Administrativa.

A produção do *Anuário* é totalmente assegurada pelos serviços da CML, desde a recolha e tratamento da informação à impressão. Esta é assegurada pelos **Serviços Industriais**, que fazem parte do Pelouro de Engenharia, embora constituam «um organismo técnica e financeiramente autónomo», cuja administração «é exercida superiormente por um Conselho de Administração e por um Director.»

⁶ Os *Anais da Câmara Municipal de Lisboa* publicaram-se entre os anos 1938-1968. Têm um conteúdo informativo similar ao *Anuário*, com a diferença de apresentarem a informação estruturada em função das Direcções de Serviços, criadas pelo novo Código Administrativo. Este, não reconhece competência deliberatória aos vereadores, nem qualquer relação com as referidas Direcções de Serviços.

Por razões que não foi possível determinar, não há informação sobre a tiragem e a distribuição do *Anuário*. Uma omissão que, no mínimo, se pode classificar de enigmática em face da generosidade numérica que caracteriza a publicação e, sobretudo, porque essa informação é prestada para outras publicações periódicas da Câmara, como o *Diário Municipal* e o *Boletim Municipal*. Mas sobre o *Anuário* reina o silêncio.

Tendo em conta as semelhanças editoriais e quase “filiação” entre o *Anuário* e os *Anais*, e uma vez que no caso deste último essa informação é conhecida, pode-se pressupor que a tiragem **não superaria em muito os 500 exemplares/ano**. Quanto à sua distribuição, isto é, quanto ao seu **público destinatário**, contemplava: os «**diversos departamentos camarários**», para os quais cumpria uma função de estímulo e orientação permanente; as «**entidades superiores**» — entre as quais se incluíam certamente os ministérios, a comissão concelhia da União Nacional, o Secretariado Nacional de Propaganda, etc. — e os «**municípios**», para que tomassem «conhecimento pormenorizado do que tem sido a gerência da Comissão Administrativa actual no sentido de bem se desempenhar da honrosa missão que lhe foi confiada.»⁷

Rita Correia
(07/04/2008)

Bibliografia: *Anais da Câmara Municipal de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal (1938-40); *Boletim da Câmara Municipal de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal (1939-40); Dias, Jaime Lopes – Divulgação da Administração e da História dos Municípios. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal, 1.^a série, Ano 1, nº 2 (1939), pp. 11-23; SANTOS, Maria do Rosário, coord.; VIEGAS, Inês Morais, coord. – **A Evolução Municipal de Lisboa. Pelouros e Vereações**. Lisboa : Câmara Municipal, 1996; MATOS, Álvaro Costa de – Estado Novo e Poder Local: uma aproximação ao problema. In FONSECA, Fernando Taveira da, coord. – **O Poder Local em Tempo de Globalização: Uma História e um Futuro**: Comunicações. Viseu : Centro de História da Sociedade e da Cultura/Palimage Editores, 2005. p. 11 – 27.

⁷ Conf. «Palavras Preliminares», *Anuário* de 1935, pp. 11-13.